

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
CAPÍTULO I	
ESTRUTURA NORMATIVA DO MARCO LEGAL	31
Art. 1º	
CAPÍTULO II	
O CRIME DE DOMÍNIO SOCIAL ESTRUTURADO	35
1. Introdução	35
2. Texto Legal.....	37
Art. 2º	
3. Técnica legislativa adotada	38
4. Dimensões da atuação criminosa.....	39
4.1. Dimensão teleológica	39
4.2. Dimensão consequencial.....	40
4.3. Dimensão conservatória	40
5. Análise do tipo penal	40
5.1. Bem jurídico tutelado	40
5.2. Sujeito ativo	41
5.3. Crime unissubjetivo.....	42
5.4. Sujeito passivo.....	42
5.5. Elemento subjetivo	42
5.6. Crime de Perigo	43
5.7. Natureza parasitária.....	44
5.8. Diferenças conceituais entre organização criminosa ultraviolenta, grupo paramilitar e milícias privadas	45
5.9. Consumação e Tentativa.....	46
6. Sanção Penal	47
6.1. Aspectos processuais relevantes.....	47
7. Causas de aumento de pena (art. 2º, §1º).....	48
7.1. Estrutura geral das majorantes	49

7.2.	Natureza jurídica das majorantes.....	50
7.3.	Classificação das majorantes	50
7.4.	Análise dos incisos.....	50
7.5.	Concurso de crimes e vedação ao <i>bis in idem</i>	55
8.	Conceito de organização criminosa ultraviolenta (art. 2º, § 2º)	56
8.1.	Natureza jurídica e função do § 2º.....	56
8.2.	Integrar e financiar organizações criminosas ultraviolentas: atipicidade, remissão normativa a outros grupos criminosos ou aplicação de núcleos verbais atípicos?	57
8.3.	A noção ampliada de violência e o conceito de “ultraviolência”	60
8.4.	Elementos estruturais do § 2º.....	65
8.5.	Comparação com a Lei nº 12.850/2013	66
8.6.	Elemento da violência e coação.....	67
8.7.	Finalidade: domínio social e territorial.....	68
8.8.	Atuação sobre serviços e infraestrutura.....	69
8.9.	Atos destinados à execução dos crimes	70
8.10.	Delimitação do conceito (facção criminosa).....	70
8.11.	Problemas de técnica legislativa e delimitação conceitual.....	72
8.12.	Ausência de tipo autônomo e função dos crimes associativos	74
8.13.	Estrutura funcional do conceito e relação com os delitos associativos.....	75
8.13.1.	Natureza funcional do conceito	75
8.13.2.	Abrangência do conceito.....	76
8.13.3.	Relação com os delitos associativos	77
8.13.4.	“Visão dual” da criminalidade organizada.....	77
8.13.5.	Distinção ontológica entre facções e milícias	78
8.13.6.	Formação histórica das milícias	78
8.13.7.	Equiparação normativa e simetria punitiva.....	79
8.14.	O veto ao § 3º do art. 2º e seus impactos dogmáticos.....	80
8.14.1.	Razões do veto	80
8.14.2.	Crítica à fundamentação do veto	80
8.14.3.	Compatibilidade com o modelo constitucional....	81
8.14.4.	Função do dispositivo e lacuna normativa	81
8.14.5.	A comunicabilidade das elementares.....	81
8.14.6.	Considerações finais.....	82
8.15.	Regime de vedação de benefícios penais (§ 4º do art. 2º)..	82

8.15.1.	Fiança e liberdade provisória	82
8.15.2.	Anistia, graça, indulto e prescrição	83
8.15.3.	Livramento condicional e execução penal.....	83
8.15.4.	Síntese crítica do § 4º.....	85
8.16.	Antecipação da tutela penal: atos preparatórios (§ 5º do art. 2º).....	86
8.16.1.	A “tentativa antecipada” e a Lei de Terrorismo	87
8.16.2.	Estrutura e alcance do § 5º	87
8.16.3.	Possíveis críticas à opção legislativa	89
8.17.	Vedação ao auxílio-reclusão (§ 6º do art. 2º).....	91
8.17.1.	Natureza e finalidade do auxílio-reclusão	91
8.17.2.	Ruptura da lógica contributiva e projeção extra-penal	92
8.17.3.	Intranscendência da pena, presunção de inocência e proporcionalidade.....	92
8.18.	Regime de custódia em estabelecimento penal federal (§ 7º do art. 2º).....	93
8.18.1.	Sistema Penitenciário Federal e ampliação normativa	94
8.18.2.	Liderança, núcleo de comando e tratamento diferenciado	95
8.18.3.	Riscos de concentração de lideranças e equilíbrio federativo	96
8.19.	Competência das Varas Criminais Colegiadas (§ 8º do art. 2º).....	97
8.19.1.	Conteúdo e problema constitucional	98
8.19.2.	Estrutura bifásica do júri e espaço para o colegiado	99
8.19.3.	Julgamento pelo Tribunal do Júri e limites constitucionais.....	99
8.19.4.	Execução penal e projeção da atuação colegiada	101
8.20.	Prisão preventiva e “causa suficiente” (§ 9º do art. 2º).....	102
8.20.1.	Estrutura geral da prisão preventiva	102
8.20.2.	“Causa suficiente” não autoriza prisão automática	103
8.20.3.	Diálogo com a Lei nº 15.272/2026 e interpretação conforme.....	104

CAPÍTULO III

FAVORECIMENTO AO DOMÍNIO SOCIAL ESTRUTURADO (ART. 3º) .. 105

Art. 3º

1.	Introdução	105
1.1.	Objeto jurídico.....	107
1.2.	Sujeito ativo	107
1.3.	Sujeito passivo.....	108
1.4.	Tipo objetivo (condutas nucleares).....	108
1.4.1.	Adesão e apoio organizacional (inciso I)	108
1.4.1.1.	Assimetrias geradas pela adoção do pluralismo	110
1.4.2.	Propaganda e incitação (inciso II).....	112
1.4.3.	Logística bélica: armas e explosivos (inciso III).....	112
1.4.4.	Cessão de locais e bens (inciso IV)	113
1.4.5.	Fornecimento de informações (inciso V).....	114
1.4.6.	Falso pertencimento e capital simbólico (inciso VI).....	114
1.5.	Elemento subjetivo	115
1.6.	Consumação, permanência e tentativa	116
1.7.	Crítica político-criminal ao art. 3º.....	117

Art. 4º

2.	Art. 4º – Hediondez e natureza organizacional	121
2.1.	Hediondez dos crimes dos arts. 2º e 3º	121
2.2.	Consequências da hediondez	122
2.3.	Compatibilidade constitucional e proporcionalidade	123
2.4.	Parágrafo único – “formas especiais de organização criminosa” e Lei nº 12.850/2013	124
2.5.	Remissões investigativas e consequências práticas (arts. 8º e 32).....	124

Art. 5º

3.	Introdução	125
4.	Prazos investigativos e controle judicial (art. 5º, <i>caput</i> e §§ 1º a 4º).....	127
5.	Investigações do Ministério Público e isomorfismo institucional (art. 5º, § 5º).....	129
6.	Mecanismo de revisão ministerial e controle da inércia recursal (art. 5º, § 6º).....	130

Art. 6º

7. Atuação integrada e forças-tarefa no enfrentamento da criminalidade organizada (art. 6º) 135

Art. 7º

8. Cooperação internacional e enfrentamento da criminalidade transnacional (art. 7º) 138

Art. 8º

9. Integração normativa e meios especiais de obtenção de prova (art. 8º) 140

CAPÍTULO IV

MEDIDAS ASSECURATÓRIAS CAUTELARES 145

Art. 9º

1. Estrutura geral do art. 9º 145
- 1.1. Classificação das medidas cautelares penais 145
- 1.2. A expressão “medidas assecuratórias cautelares” 146
- 1.3. Legitimidade e papel do Delegado de Polícia 147
- 1.4. A controvérsia sobre a decretação de ofício 147
- 1.5. Oitiva do Ministério Público e dinâmica procedimental 148
- 1.6. A função estratégica das medidas assecuratórias: a asfixia financeira das organizações criminosas 148
- 1.7. Medidas assecuratórias como instrumento de desarticulação econômica das organizações criminosas 149
- 1.8. Parágrafo de transição para o perdimento de bens 150
2. Contraditório diferido nas medidas assecuratórias (art. 9º, § 1º) ... 150
- 2.1. Integração entre medidas cautelares penais e restrições administrativas (art. 9º, § 2º) 152
- 2.2. Avaliação de impactos sistêmicos e proporcionalidade nas medidas cautelares (art. 9º, § 3º) 155
- 2.3. Custódia estatal e gestão de bens apreendidos (art. 9º, § 4º) 157
- 2.3.1. Regra geral de custódia pelo poder público 157
- 2.3.2. Distinção entre apreensão e medidas assecuratórias 158
- 2.3.3. Regime jurídico da custódia estatal 158
- 2.3.4. Exceção: impossibilidade material e inadequação técnica 158

2.3.5.	Impactos práticos e risco de burocratização	159
2.3.6.	Desafios contemporâneos: ativos digitais	159
2.3.7.	Síntese crítica	159
2.4.	Nomeação de depositário e regime de responsabilização (art. 9º, § 5º)	160
2.4.1.	Formalização da nomeação e natureza do encargo	161
2.4.2.	Responsabilização do depositário e prática forense.....	161
2.4.3.	Interpretação da decisão fundamentada	162
2.4.4.	Autoridade competente e equilíbrio institucional	162
2.5.	Contraditório diferido e demonstração da licitude patrimonial (art. 9º, § 6º)	163
2.5.1.	Função do dispositivo e reação defensiva	163
2.5.2.	Equilíbrio entre eficiência e defesa.....	163
2.5.3.	Contraditório diferido e leitura sistemática.....	164
2.5.4.	Termo inicial do prazo: interpretação sistemática	164
2.5.5.	Âmbito de aplicação do dispositivo	164
2.5.6.	Complexidade probatória e efetividade do direito de defesa	165
2.5.7.	Fechamento	165
2.6.	Liberação do bem e limites do controle patrimonial (art. 9º, § 7º).....	165
2.6.1.	Função do dispositivo e relação com o § 6º	166
2.6.2.	Natureza cautelar e fundamentos constitucionais.....	166
2.6.3.	Integração com o regime do Código de Processo Penal	166
2.6.4.	Ônus probatório e demonstração da licitude	167
2.6.5.	Exceção: regime jurídico das armas de fogo	167
2.6.6.	Alcance e limites da liberação patrimonial	167
2.7.	Perdimento extraordinário sem condenação (art. 9º, § 8º)	168
2.7.1.	Ruptura parcial com o modelo clássico de perdimento	168
2.7.2.	Alienação antecipada x perdimento definitivo.....	168
2.7.3.	Aproximação com modelos de confisco autônomo	169
2.7.4.	Presunção de inocência e exigência probatória reforçada.....	169
2.7.5.	Regime recursal e natureza da decisão.....	169

2.8.	Terceiros de boa-fé e limites ao perdimento extraordinário (art. 9º, § 9º).....	171
2.8.1.	Função de salvaguarda e limite ao perdimento extraordinário.....	171
2.8.2.	Diálogo com o CP, CPP e Lei de Lavagem	172
2.8.3.	Inovação: parâmetros explícitos de boa-fé.....	172
2.8.4.	Abrangência do “terceiro interessado”.....	172
2.9.	Uso provisório e alienação antecipada de bens apreendidos (art. 9º, § 10)	173
2.9.1.	Função do dispositivo e leitura sistemática.....	173
2.9.2.	“Em qualquer caso” e a atuação ao longo de toda a persecução.....	173
2.9.3.	Dificuldades práticas e racionalidade econômica das medidas.....	174
2.9.4.	Diálogo com o art. 133-A do CPP	174
2.9.5.	Experiências prévias: Lei de Drogas e generalização do modelo.....	175
2.9.6.	Relevância da atuação do delegado e do MP.....	175
2.10.	Conceito normativo ampliado de instrumento do crime ...	176
2.10.1.	O conceito de instrumento	176
2.10.2.	Modelo clássico restritivo (art. 91, CP e CPP).....	176
2.10.3.	Legislação especial e evolução funcional do conceito	177
2.10.4.	Concepção funcional consolidada pelo § 11.....	177
2.10.5.	Necessidade de prova do nexu instrumental e limites garantistas	177
2.11	Função garantista do § 12: devolução célere e tutela patrimonial.....	178
2.12.	Prazo de três dias úteis e concretização do direito de propriedade.....	179
2.13.	Incidência de juros (SELIC) e compensação pela indisponibilidade	179
2.14.	Condições de restituição: origem lícita e ausência de perdimento.....	179
2.15.	Harmonização entre eficácia patrimonial e garantias de defesa.....	180
2.16.	Sigilo das decisões e ordens de bloqueio (art. 9º, § 13).....	180
2.17.	Responsabilização pelo descumprimento das medidas (art. 9º, § 14).....	182
2.18.	Elemento subjetivo e limites da responsabilização.....	184

2.19. Supervisão nacional da aplicação das medidas e da destinação dos bens (art. 9º, § 15).....	184
--	-----

Art. 10

3. Intervenção cautelar em pessoa jurídica beneficiada por organização criminosa (art. 10, <i>caput</i> e §§ 1º e 2º).....	187
3.1 Perfil, poderes e natureza jurídica do interventor judicial (art. 10, §§ 3º e 4º).....	190
3.2. Suspensão cautelar de contratos públicos, extensão da medida e prestação de contas do interventor (art. 10, §§ 5º a 7º).....	193
3.3. Alienação antecipada de participações e destinação dos valores a fundos de segurança (art. 10, § 8º).....	195
3.4. Vedação cautelar de contratar com o poder público e acessar benefícios estatais (art. 10, § 9º).....	199
3.5. Desfechos da intervenção judicial: restituição, liquidação e perdimento total (art. 10, § 10).....	201
3.6. Síntese do regime de intervenção em pessoas jurídicas (art. 10).....	205
3.7. Regime patrimonial específico nos crimes de tráfico de drogas (art. 10, § 11).....	206
3.8. Síntese e alcance do art. 10.....	210

CAPÍTULO V

MEDIDAS DEFINITIVAS E EXECUÇÃO PENAL PATRIMONIAL NA LEI 15.358/2026	213
--	------------

Art. 11

1. Medidas patrimoniais definitivas e desarticulação econômica da organização criminosa (art. 11, <i>caput</i> e incisos I a III).....	213
1.1. Liquidação judicial e aproveitamento institucional dos bens apreendidos (art. 11, IV e V).....	216
1.2. Medidas definitivas de restrição, responsabilização e transparência (art. 11, VI a XI).....	219
1.3. Utilização provisória de bens perdidos na execução penal (art. 11, § 1º).....	223
1.4. Competência para alienação e destinação de bens perdidos (art. 11, § 2º).....	225
1.5. Natureza de execução penal patrimonial e alcance do art. 11 (art. 11, § 3º).....	226

CAPÍTULO VI

AÇÃO CIVIL DE PERDIMENTO DE BENS: NATUREZA, ESTRUTURA E LIMITES CONSTITUCIONAIS..... 231

Arts. 12 a 28

1. Fundamentos e natureza da ação civil de perdimento..... 236
2. Hipóteses materiais de perda civil e dimensão internacional 237
3. Fase preparatória e circulação de informações..... 237
4. Autonomia da ação e relação com o processo penal 238
5. Legitimidade ativa e estrutura institucional 238
6. Partes, competência e estrutura processual..... 239
7. Medidas de urgência e gestão dos bens..... 239
8. Sentença, custos e regime financeiro..... 240
9. Incentivo à colaboração e recuperação de ativos..... 241

CAPÍTULO VII

BANCO NACIONAL DE DADOS E INTELIGÊNCIA CONTRA ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS ULTRAVIOLENTAS 243

Art. 29

1. Aspectos gerais. 243
2. Bancos de dados em perspectiva federativa: estrutura, interoperabilidade e limites jurídicos 246
3. Sistemas de inteligência, Susp e governança do banco de dados.... 249
4. Critérios de inclusão, remoção e governança dos registros 250
5. Indução federativa e presunção administrativa de vínculo em bancos de dados criminais 254

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS 257

Art. 30

1. Vedação do auxílio-reclusão aos membros de organizações criminosas ultraviolentas..... 257

Art. 31

2. Convivência com outros regimes patrimoniais (art. 31) 260

Art. 32

3. Remissões à Lei 12.850/2013 e redundâncias (art. 32)..... 262
 - 3.1. Três planos distintos de remissão 262

4.	Alcance ampliado do art. 8º	264
5.	O art. 32 como remissão de reforço.....	265
6.	Remissão material do art. 4º, parágrafo único.....	265

CAPÍTULO IX

IMPACTOS DO MARCO LEGAL DE ENFRENTAMENTO ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS ULTRAVIOLENTAS, GRUPOS PARAMILITARES E MILÍCIAS PRIVADAS NO CÓDIGO PENAL

267

1.	Chave interpretativa geral: crime organizado ultraviolento e dominação social	267
2.	Confisco dos instrumentos do crime no contexto de organizações criminosas e milícias (art. 91-A, § 5º, CP).....	270
3.	Efeitos da condenação por receptação e sanções ao CNPJ (art. 92, IV, §§ 3º e 4º, CP).....	272
4.	Homicídio doloso por integrante de organização criminosa ultraviolenta (art. 121, § 2º-D, CP)	273
4.1.	Posição sistemática e natureza jurídica	273
4.2.	Exigência de nexo funcional com o art. 2º da Lei 15.358/2026.....	274
5.	Proporcionalidade e patamar qualificado de gravidade	275
6.	Impactos processuais: Tribunal do Júri e conexão com o art. 2º..	276
7.	Relação com o crime de domínio social estruturado (art. 2º)	276
8.	Lesão corporal em contexto de organização criminosa ultraviolenta (art. 129, §§ 3º-A e 8º-A)	277
8.1.	Desproporcionalidade em face do crime de homicídio.....	277
8.2.	Majorante geral de 2/3 para as demais lesões (§ 8º-A).....	278
8.3.	Nexo funcional e três dimensões da atuação	278
8.4.	Proporcionalidade e descompasso interno	279
8.5.	Repercussões práticas	280
8.6.	Ameaça em contexto de organização criminosa ultraviolenta (art. 147-C, CP)	281
8.6.1.	Natureza jurídica e posição sistemática.....	281
8.6.2.	Elemento normativo de contexto: ligação com o art. 2º	281
8.6.3.	Política criminal: intimidação estrutural e pena relativamente baixa	282
8.6.4.	Repercussões práticas e polícia judiciária.....	282
8.6.5.	Ação penal e proteção da vítima em áreas dominadas	283

9.	Sequestro e cárcere privado em contexto de organização criminosa ultraviolenta (art. 148, § 3º, CP).....	284
9.1.	Posição sistemática e salto de pena.....	284
9.2.	Nexo com o art. 2º e função político-criminal.....	285
9.3.	Proporcionalidade e descompasso interno.....	285
9.4.	Repercussões práticas e polícia judiciária.....	286
9.5.	Furto em contexto de organização criminosa ultraviolenta (art. 155, § 9º, CP).....	287
9.5.1.	Posição sistemática e salto de pena.....	287
9.5.2.	Elemento de contexto: ligação com o art. 2º.....	287
9.5.3.	Proporcionalidade e escalonamento interno do furto.....	288
9.6.	Roubo por integrante de organização criminosa ultraviolenta (art. 157, §§ 4º e 5º, CP).....	289
9.6.1.	Posição sistemática: triplo da pena e novo “latrocínio de facção”.....	289
9.6.2.	Elemento de contexto e função político-criminal.....	290
9.6.3.	Proporcionalidade, vedação de causas de aumento e saturação punitiva.....	290
9.6.4.	Vítima, intimidação prolongada e efeitos do contexto de facção.....	291
9.7.	Extorsão em contexto de organização criminosa ultraviolenta (art. 158, § 4º, CP).....	292
9.7.1.	Posição sistemática e triplo da pena.....	292
9.7.2.	Elemento de contexto: extorsão como técnica de domínio e arrecadação.....	293
9.7.3.	Proporcionalidade e vedação de automatismos.....	293
9.8.	Extorsão mediante sequestro em contexto de organização criminosa ultraviolenta (art. 159, § 5º, CP).....	294
9.8.1.	Posição sistemática e efeito do aumento de 2/3.....	294
9.8.2.	Elemento de contexto: sequestro como instrumento de poder e financiamento.....	295
9.8.3.	Política criminal, saturação punitiva e necessidade de leitura restritiva.....	295
9.8.4.	Vítima, família e comunidade em sequestros de facção.....	296
9.9.	Receptação em contexto de organização criminosa ultraviolenta (art. 180, § 8º, CP).....	297
9.9.1.	Fim da receptação privilegiada e centralidade do contexto de facção.....	297

9.9.2.	Receptação como elo da cadeia econômica da facção.....	297
9.9.3.	Proporcionalidade, receptação culposa e saturação punitiva.....	298
9.9.4.	O novo eixo de gravidade do sistema penal: o contexto organizacional.....	299

CAPÍTULO X

EXPANSÃO SISTÊMICA DO MARCO ANTIFACÇÃO LEGAL DE ENFRENTAMENTO ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS ULTRAVIOLENTAS		301
1.	Introdução	301
2.	Premissas da difusão normativa do marco antifacção	302
3.	Repercussões na legislação penal especial	304
3.1.	Lei de Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990)	304
3.2.	Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984).....	307
3.2.1.	Controle de comunicações e fluxos informacionais.....	307
3.2.2.	Reforço da gestão penitenciária.....	309
3.2.3.	Endurecimento da execução penal.....	310
3.2.4.	Síntese sistemática.....	312
3.3.	Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006).....	312
3.3.1.	Natureza jurídica do art. 40-A: agravamento contextual	313
3.3.2.	A duplicação da pena e suas tensões sistêmicas.	313
3.3.3.	Concurso material e rejeição da consunção.....	314
3.3.4.	Cumulação de regimes e sobreposição punitiva	314
3.3.5.	Síntese: asfixia penal da economia do tráfico	314
3.4.	Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003).....	315
3.4.1.	A natureza da majorante: armas como infraestrutura do tráfico.....	315
3.4.2.	A dupla via de agravamento penal	315
3.4.3.	A ampliação das hipóteses de incidência.....	316
3.4.4.	Consequências dogmáticas: afastamento da consunção	316
3.5.	Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941).....	316
3.5.1.	Audiência de custódia: da presença física à lógica de gestão	317
3.5.2.	Disciplina procedimental da audiência de custódia virtual.....	319

3.5.3.	Prisão preventiva e o contexto do crime organizado (art. 313, V).....	320
3.5.4.	Competência do Tribunal do Júri (art. 78, I).....	320
3.5.5.	Regime recursal e efeito suspensivo no RESE (art. 584, §4º).....	321
3.5.6.	Síntese: o processo penal como instrumento de enfrentamento estrutural	323
3.6.	Lei de Lavagem de Capitais (Lei nº 9.613/1998).....	324
3.6.1.	Titularidade dos valores na fase processual	326
3.6.2.	Destinação definitiva após a condenação.....	326
3.6.3.	Regime de perdimento e ampliação do alcance ..	327
3.6.4.	Destinação institucional dos ativos confiscados..	327
3.6.5.	Tratamento de bens sem valor econômico	328
3.6.6.	Síntese: a lógica federativa do confisco patrimonial.....	328
3.7.	Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965).....	329
3.7.1.	Privação de liberdade como fator restritivo da capacidade eleitoral ativa.....	330
3.7.2.	Prisão provisória como causa impeditiva eleitoral	331
3.7.3.	Tensões constitucionais: direitos políticos e presunção de inocência	331
3.7.4.	Imunidade prisional eleitoral e nova lógica do sistema	332
3.7.5.	Síntese: contenção política das estruturas criminosas.....	333
3.8.	Fundo Nacional de Segurança Pública (Lei nº 13.756/2018).....	333
3.8.1.	Natureza e função do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP)	337
3.8.2.	Reorientação estratégica dos recursos	337
3.8.3.	Fortalecimento da dimensão federativa	337
3.8.4.	Transferência “fundo a fundo” e controle da aplicação.....	338
3.8.5.	Financiamento condicionado e integração institucional	338
3.8.6.	Governança institucional e escolhas legislativas.....	339
3.8.7.	Financiamento do sistema prisional.....	339
3.8.8.	Síntese: financiamento como instrumento de política criminal	340
3.9.	Lei das Apostas de Quota Fixa (Lei nº 14.790/2023).....	341

3.9.1.	Do mercado regulado ao risco de financiamento ilícito do crime organizado	344
3.9.2.	Destinação dos valores ao Fundo Nacional de Segurança Pública	345
3.9.3.	Duas vias de financiamento das políticas de segurança pública	345
3.9.4.	Condicionalidades federativas e incentivos institucionais	346
3.9.5.	Síntese: apostas, fluxo financeiro e combate ao crime organizado	346
3.10.	Reestruturação de fundos federais e veto presidencial (art. 43)	347
3.10.1.	Finalidade do dispositivo e diagnóstico institucional.....	347
3.10.2.	Fragmentação e lógica do pacote antifacção	348
3.10.3.	O veto presidencial e seus fundamentos.....	348
3.10.4.	Críticas ao veto e leitura constitucional alternativa.....	348
3.10.5.	Efeitos práticos do veto e agenda pendente	349
3.10.6.	Síntese: governança financeira como eixo do combate ao crime organizado.....	349
3.11.	Vigência da lei e aplicação no tempo (art. 44).....	350
3.11.1.	Direito penal material: irretroatividade e exceção benéfica	350
3.11.2.	Crimes permanentes e continuidade da conduta	351
3.11.3.	Normas processuais penais: aplicação imediata... ..	351
3.11.4.	Perdimento de bens: natureza material	351
3.11.5.	Normas administrativas e organizacionais.....	352
3.11.6.	Síntese: a integração do novo marco ao ordenamento jurídico	352
Conclusão e sugestões		353
Referências bibliográficas.....		355